

**ATA DE REUNIÃO Nº 2/2021**  
**COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RNCP**

**1. DADOS DA REUNIÃO**

| Data       | Hora inicial | Hora final | Local                              |
|------------|--------------|------------|------------------------------------|
| 06/07/2021 | 10:00        | 12:00      | Videoconferência – Microsoft Teams |

**2. PARTICIPANTES**

| NOME  | CARGO   |
|---|---|
| <b>Representantes indicados pela União</b>                      |   |
| Executivo: Cristiano Heckert                                    | Secretário de Gestão do Ministério da Economia  |
| Judiciário: João Moreira Pessoa De Azambuja                     | Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ   |
| Legislativo: Victor Amorim                                      | Analista Legislativo do Senado Federal  |
| <b>Representantes indicados pelos Estados</b>                   |   |
| Fabício Marques Santos  | Presidente do Consad e Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio De Alagoas |
| Bruno Magalhães D'abadia  | Vice-Presidente do Consad e Secretário de Administração do Estado de Goiás.                 |
| <b>Representantes indicados pelos Municípios</b>                |   |
| Márcin Haeberlin  | Consultor CNM   |
| Wederson Siqueira   | Consultor Jurídico AMM/MG.  |
| <b>Equipe da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia</b> |   |
| Renato Fenili   | Secretário Adjunto de Gestão  |
| Edécio Marques Bento  | Coordenador-Geral de Serviços aos Sistemas Estruturantes                                    |
| Diego César Santana Mendes                                      | Coordenador-Geral dos Sistemas de Compras Governamentais                                    |
| Andrea Ache   | Coordenadora-Geral de Normas  |
| Maria Lucinete De Medeiros Dias                                 | Coordenadora da Coordenação-Geral de Serviços aos Sistemas Estruturantes                    |
| Vanessa Moreira Ventura   | Coordenadora de Projetos da Coordenação-Geral dos Sistemas de Compras Governamentais        |

**Observações:**

- (i) Fabrício Marques Santos – informou que não poderia participar, foi representado por Francisco Amorim.
- (ii) Bruno Magalhães D'abadia – informou que entraria em atraso, mas não houve possibilidade de participação
- (iii) Wederson Siqueira – informou que não poderia participar.

**3. PAUTA**

- Definição dos próximos passos para lançamento do Portal Nacional de Contratações Públicas

**4. DISCUSSÕES**

Ao sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 10h, foi aberta a segunda reunião dos indicados para compor o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas – RNCP. A reunião foi conduzida pelo Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo

Digital, do Ministério da Economia, Sr. Cristiano Heckert, e contou com a presença de representantes indicados pelo Poder Executivo federal, Legislativo federal, Judiciário federal, Estados, municípios e da equipe da Secretaria de Gestão, arrolados no item 2 desta Ata.

O Secretário de Gestão abriu os trabalhos recordando que, na 1ª reunião, discorreu-se, para fins de avaliação e aprovação dos participantes, sobre o trabalho previamente desenvolvido pela Seges em prol da prontificação do Portal Nacional de Contratações Públicas em duas versões (MVP-0 e MVP-1). O intuito do esforço, rememorou o Secretário, foi o de agilizar o que fosse possível, tendo em vista que o trâmite processual para formalização do Comitê requer tempo, suscitando-se o retardamento da disponibilização do Portal. O Secretário reforçou que o produto não será publicado sem o aval dos indicados para o Comitê. Reiterou que o processo de publicação do Decreto do Poder Executivo federal está em trâmite na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que foi solicitado prioridade, mas que ainda há várias etapas a serem vencidas: (i) apreciação pelo Ministro da Economia e encaminhamento para validação da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República e posterior subscrição pelo Presidente da República e, (ii) em ato subsequente, a expedição da Portaria pelo Senhor Ministro da Economia, nomeando os membros indicados pelos Poderes e entidades respectivas, o que poderá culminar em algumas semanas para a instituição derradeira e formal do Comitê. Informou ainda que o cunho da reunião é reabrir as discussões sobre a disponibilização em produção do MVP-0 neste momento ou seu sobrestamento até que o Comitê seja efetivamente instituído. Esclareceu que havia entendido na reunião anterior que todos os indicados para compor o Comitê concordavam com a divulgação, mas, diante de manifestações posteriores no grupo de WhatsApp, entendeu ser necessária mais uma rodada de que conversas.

A palavra foi inicialmente dada a Victor Amorim, que agradeceu a participação e reiterou sua preocupação de disponibilizar um Portal sem que o Comitê esteja oficialmente instituído (ainda que seja uma versão preliminar e com texto explicativo) diante de eventual questionamento de ausência legitimidade do Poder Executivo federal para desenvolver o MVP-0 sem a instituição prévia do Comitê Gestor. Questionou a indeterminação do §1º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, no que tange ao alcance da gestão do Portal pelo Comitê Gestor, ressaltando que, no seu entender, a implementação do Portal estaria dentro do escopo da “gestão” do Portal referida naquele dispositivo. Pediu que, em caso de publicação do MVP-0 do Portal, fique expresso e claro que a versão foi construída pelo Poder Executivo federal e que não é uma iniciativa do Comitê Gestor, pois este ainda não existe. Reforçou ainda algumas sugestões encaminhadas no grupo de WhatsApp, de que apenas conectar os portais de compras ao PNCP não atende, na essência, o critério do art. 94. Sugeriu que fosse evidenciado no PNCP que os órgãos e entidades que optassem por utilizar a nova Lei disponibilizassem os documentos na íntegra no sítio oficial do seu ente e solicitassem o credenciamento desse sítio no Portal Nacional, atendendo a requisitos substanciais da nova Lei, evitando, assim, questionamentos de inconsistência das premissas de lançamento da versão 0.

Márcin Haeberlin registrou sua posição favorável à publicação do MVP-0 como iniciativa preliminar do Poder Executivo federal, encerrando um cenário de insegurança jurídica e viabilizando a operação efetiva da nova lei.

Francisco Amorim também se posicionou a favor do lançamento do MVP-0 do PNCP.

Victor Amorim esclareceu que não tem objeção quanto à publicação do MVP-0, mas que, tão somente, intenta seja explicitado que se trata de iniciativa do Poder Executivo federal e não do Comitê Gestor.

Renato Fenili esclareceu que o foco do Poder Executivo federal é o Comprasnet e que a Seges não tem o objetivo de lançar o MVP-0 somente como iniciativa do Poder Executivo federal. Como medida possível,

sugeriu que o lançamento fosse divulgado como uma ação conjunta de todos os representantes, incluindo o Poder Legislativo, caso este concordasse. Nesse ponto, reforçou a importância do alinhamento entre os futuros membros do comitê, pois, caso contrário, poderia evidenciar divergências, o que não seria bom institucionalmente.

Cristiano Heckert concordou sobre a importância da unidade e acrescentou que transparecer divergências e divisões internas, principalmente no momento de início dos trabalhos do Comitê e de lançamento do Portal poderia suscitar eventuais questionamentos e levar ao enfraquecimento da percepção de legitimidade do Portal. Ao finalizar o comentário, Cristiano deu boas-vindas a João de Azambuja, que havia recém ingressado na reunião, e o contextualizou sobre o que havia sido discutido até o momento. Retomando seu posicionamento, Cristiano evidenciou que o lançamento do MVP-0 é uma estratégia provisória e, como havia sido mencionado na reunião anterior, apresenta limitações. Acrescentou que medidas para suprir essas lacunas estão sendo tomadas, entre elas, citou a possibilidade de o próprio órgão fornecer as informações diretamente no Portal.

Renato Fenili acrescentou que atualmente já estão cadastrados no portal o Governo do Maranhão e o Governo de Rondônia.

Diego Mendes ressaltou ainda que cinco sistemas cadastrados no PNCP divulgam informações sobre contratos.

Cristiano Heckert, reforçou que o MVP-0 é uma solução transitória e que o MVP-1 já está em construção desde 1º de abril e deve ser disponibilizado pelo SERPRO, segundo o cronograma acordado, até 30 de julho, para homologação. Explicou que o MVP-1, diferentemente do MVP-0, não se valerá de um rol de *links* de portais de compras, mas sim de interconexão via API de dados, de forma que os diferentes sistemas utilizados nacionalmente enviarão seus dados, que passarão a integrar o banco de dados do PNCP. Frisou que é importante que a homologação do MVP-1 seja feita por todos os integrantes do Comitê Gestor, enquanto colegiado. Concluiu reforçando que não se sente confortável com a ideia de lançar o MVP-0, ou mesmo o MVP-1, como iniciativa isolada do Poder Executivo. Ao contrário, gostaria que o Portal fosse lançado como iniciativa do Comitê Gestor, no dia em que isso fosse possível.

Mártin Haerberlin esclareceu o seu posicionamento anterior, acrescentando que: *“quando eu digo como iniciativa do Poder Executivo, eu não digo frisar em algum ponto que isso seja uma medida do Poder Executivo. Eu me refiro ao simples lançamento, mas sem dizer que isso foi realizado pelo comitê gestor, que, a rigor, juridicamente, ele é inexistente”*. Ato contínuo, propôs como solução intermediária divulgar o lançamento como uma ação conjunta, realizada com o apoio de diversas instituições, como o Consad e a CNM, como proposto por Renato Fenili.

João de Azambuja iniciou sua fala se desculpando pelo atraso e afirmando que, mesmo nessa condição, havia entendido os pontos de controvérsia que estavam sendo discutidos. Informou ainda não estar participando do grupo de WhatsApp, onde estão ocorrendo as discussões, mas que tinha o interesse em participar. Retomando questão discutida em reunião anterior, sobre a sua nomeação como membro do comitê, informou ter conversado com o Ministro Fux (Presidente do CNJ) e com a Ministra Maria Tereza (Corregedora do CNJ) e que, na ocasião, foi informado que estava em curso a publicação de regimento permitindo a nomeação de membros do Judiciário em comitês instituídos pelo Poder Executivo, desde que o membro nomeado não praticasse nenhum ato de gestão exclusivo do Poder Executivo e nem recebesse remuneração para exercer a função. Retomando o assunto em discussão na reunião, informou não ter opinião formada, de sorte que preferia, primeiramente, ouvir a posição dos outros participantes, para depois se manifestar. Finalizou informando que se posicionaria de forma convergente ao posicionamento da maioria, visto que não estava participando das discussões do grupo de WhatsApp.

Cristiano Heckert informou que solicitaria a inclusão imediata de João no grupo de WhatsApp. Sobre a questão levantada por Mártin Haerberlin, Cristiano reforçou a importância do consenso sobre a publicação do Portal e voltou a frisar a necessidade de união nesse momento inicial de lançamento. Aproveitou para esclarecer a questão da participação dos sete indicados no webinar de lançamento do Portal, proposto por ele na reunião anterior. Disse que seu intento era passar uma mensagem para a sociedade de que o acontecimento só não era uma iniciativa formal do comitê porque este ainda não havia sido formalmente instituído, mas que todos os indicados estavam envolvidos nas discussões e chancelavam a iniciativa. Concluiu afirmando que, caso houvesse divergência nesse sentido, optaria por aguardar pela instituição formal do comitê, para assim dar prosseguimento às ações relativas ao Portal, evitando dessa forma qualquer ruído com a sociedade.

Mártin Haerberlin apontou que: considerando todas as complexidades burocráticas envolvidas nos trâmites de nomeações dos membros e na instituição formal do comitê, não haveria problema, da parte dele, na realização do webinar de lançamento do Portal com a participação de todos. A condição, contudo, era a de que fosse evidenciado no evento que os representantes ali presentes haviam sido apenas indicados para a função de membros do comitê e que, portanto, não eram membros oficiais. Nesse formato de divulgação, afirmou acreditar que, além da prestação devida de esclarecimentos à sociedade, a ideia de que há uma interlocução interinstitucional seria reverberada.

João de Azambuja informou estar confortável com ambas as posições colocadas pelo grupo na reunião e que não haveria óbice, da parte dele, na escolha de nenhuma delas. Concluiu sua fala se colocando à disposição, caso necessário, para participar de eventos como membro indicado.

Victor Amorim concordou com Mártin sobre as possibilidades de divulgação do MVP-0. Reforçou que não há, da parte dele, intenção de criar um impasse. Adicionou que a proposta de divulgação apresentada para o grupo já avançou ao retirar do texto a menção ao comitê gestor, evitando assim incongruências. Propôs a seguinte sugestão ao texto: acrescentar *“a evidenciação da possibilidade de que órgãos estaduais e municipais façam o cadastramento de seus sítios, para que possam divulgar também os contratos”*. Ato contínuo, reafirmou que todos estavam cientes de que o MVP-0 se tratava de uma solução provisória e que, *“tirando a questão da legitimidade, a essência desse grande hiperlink, que é a versão 0, desde que consiga amarrar as duas pontas, que são: a partir do portal eu consigo chegar no edital e a partir do Portal eu consigo chegar no contrato, pode ser considerado suficiente”*, dentro do contexto atual. Concluiu reforçando que não haveria, da parte dele, nenhum problema em participar do webinar, desde que fosse reforçado o contexto daquela situação. Ou seja, de que se trataria de um evento realizado com membros indicados ao comitê, evitando assim quaisquer ruídos.

Cristiano finalizou a reunião, agradecendo a participação de todos e reiterando que estão sendo empenhados esforços para que os trâmites para instituição formal do Comitê terminem o quanto antes. Caso necessário, nova reunião seria agendada. O grupo se despediu e finalizaram a reunião.

## **5. ENCAMINHAMENTOS**

- Dar prosseguimento às discussões no grupo de WhatsApp sobre a melhor forma e momento de divulgar o Portal; e
- Envidar esforços para agilizar a instituição formal do Comitê.